



Crucificados pela Chesf: abusos de poder da Ditadura-Empresarial Militar na construção da usina hidrelétrica de Itaparica, 1976-1979

Camila Alice Diógenes Barbosa¹
Paulo Montini de Assis Souza Junior²

RESUMO

No ano de 1976, os moradores da região da cachoeira de Itaparica, sertão do nordeste brasileiro, passaram a sofrer pressões e ameaças para abandonar suas casas: era a Companhia Hidrelétrica do São Francisco, Chesf, empresa estatal que, à época, planejou construir uma usina hidrelétrica (UHE) naquele espaço. De forma autoritária, a Chesf mobilizou até mesmo a presença do Exército brasileiro para expulsar os moradores daquela região. Nesse artigo, analisamos esse emprego da violência pela Chesf a partir dos relatos, dos agora desterrados, que se organizaram coletivamente para resistir às imposições das empresas e da Ditadura Empresarial-Militar naquele cenário, produzindo impressos de vários tipos, como relatórios e jornais.

Palavras-chave: Chesf. Hidrelétrica de Itaparica. Violência estatal.

Crucified by Chesf: Abuses of Power of the Military-Business Dictatorship in the Construction of the Itaparica Hydroelectric Plant, 1976-1979.

ABSTRACT

In 1976, residents of the Itaparica waterfall region in Brazil's northeastern sertão faced pressure and threats to vacate their homes due to the plans of the state-owned Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) to construct a hydroelectric plant. The company employed authoritarian tactics, even involving the Brazilian Army to forcibly remove the inhabitants. This article delves into the violence employed by Chesf through the testimonies of the displaced, who collectively organized resistance against corporate and military dictatorship, producing various printed materials, including reports and newspapers.

Keywords: Chesf. Itaparica Hydroelectric. State Violence.

¹ Licenciatura em História na Universidade Federal de Pernambuco. Professora voluntária do projeto de extensão Vestibular Cidadão, vinculado à Faculdade de Direito do Recife (UFPE) e ex-bolsista PIBIC pelo CPNq na área de Ensino de História. Atuante no Laboratório de Análises e Ensino de História (LAEH), no Núcleo de Documentação sobre os movimentos Sociais de Pernambuco Dênis Bernardes (NUDOC) e no Núcleo de Estudos e Debates sobre a América Latina (NEDAL). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1271411389152526>. Email: camiladiogenesh@gmail.com.

² Doutorando em História na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Possui estudos e interesses em áreas como História da América, História e Literatura e História do Pensamento Político Contemporâneo. Na UFPE, é um dos colaboradores do Núcleo de Estudos e Debates sobre a América Latina (NEDAL), coordenando a linha de estudos e pesquisa sobre neoliberalismo, movimentos sociais e redemocratização no continente ao longo do último quarto do século XX. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4525337324744962>. Email: paulomontini93@hotmail.com.



1 INTRODUÇÃO

Durante as décadas de 1970 e 1980, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) desencadeou uma série de empreendimentos de grande escala ao longo do vale do São Francisco, visando atender a crescente demanda por energia elétrica na região, principalmente para as indústrias que surgiram na região nordeste do Brasil (LACERDA, 1991, p. 60; CAMPOS, 2014; OLIVEIRA, 2018, p. 335). Dentre esses projetos da Companhia, se destacaram as construções das barragens de Paulo Afonso e Sobradinho, gigantescos empreendimentos hidrelétricos cuja potência de quilowatts produzidos que buscaram demonstrar o poder da modernização crescente no país. Contudo, as intervenções da Chesf também trariam para a região uma série de complexos problemas socioeconômicos e ambientais.

Foi nos municípios de Sobradinho e Moxotó onde as populações locais enfrentaram os primeiros desafios diante das grandes obras hidrelétricas. A falta de ressarcimento adequado pelas terras perdidas para o Estado, a opressão dos poderes públicos contra os ribeirinhos que resistiam à desapropriação de suas casas e meios de subsistência, bem como a negligência dos poderes públicos em relação ao reassentamento das comunidades afetadas, foram apenas algumas das questões que emergiram nesse impulso modernizante. A construção dessas barragens resultou em um cenário de deslocamentos forçados e em violações contra os direitos das populações locais (LACERDA, 1991; OLIVEIRA, 2018, p. 337).

Diante desses precedentes de ações autoritárias da Chesf e dos poderes públicos, o anúncio da construção da barragem de Itaparica despertou um misto de preocupação e esperança na população afetada. Com cerca de 120 mil pessoas atingidas e abrangendo uma extensão de 834 mil hectares de terras férteis, em um perímetro que cercava sete cidades, a perspectiva de mais deslocamentos e perdas era alarmante. Muitas famílias que já haviam migrado de Moxotó por causa do desalojamento forçado, temiam repetir a mesma experiência de perda e desamparo.

Foi nesse contexto de resistência e luta por direitos e pela posse de terra que os trabalhadores rurais da região se organizaram com o intuito de enfrentar as imposições das autoridades públicas e das empresas responsáveis pelas obras. Em meados de 1976, iniciou-se um movimento local de reivindicação liderado pelos sindicatos, que culminou, em fevereiro de 1979, na criação do Polo Sindical do Submédio do São Francisco. Esse polo reuniu os sindicatos



das cidades afetadas nos estados de Pernambuco e Bahia, compostas por Petrolândia, Floresta, Itacuruba, Belém do São Francisco, em Pernambuco, e Glória, Rodelas e Chorrochó, na Bahia.

As demandas do movimento sindical eram claras e urgentes. Foi exigida a construção de vilas com moradias dignas, equivalentes ou superiores às que foram perdidas, a garantia de habitação para as famílias que se viram obrigadas a alugar imóveis, indenizações justas que contemplassem as melhorias realizadas nas terras, desapropriação de terras ociosas para fins de interesse social, implementação de projetos de irrigação e outras medidas que garantissem a sobrevivência e o bem-estar das comunidades afetadas. O lema "Terra por Terra na Margem do Lago" tornou-se símbolo dessa luta, ilustrando a determinação dos trabalhadores rurais em preservar suas terras e seus modos de vida frente à iminente ameaça das barragens (ARAÚJO, 1990).

No entanto, em vez de dialogar e buscar soluções que atendessem às demandas legítimas dessas comunidades, a Chesf optou por uma postura repressiva e autoritária, sufocando qualquer forma de resistência ou organização dos trabalhadores rurais, como pode ser visto em uma lista produzida pelos trabalhadores que a estatal teve ao longo dos meses de novembro e dezembro de 1979. No documento, os trabalhadores denunciavam que a Chesf buscou medidas para

a) tentativa de afastar os trabalhadores do sindicato [...] d) beneficia um ou outro trabalhador mais influente para dividir e enfraquecer a luta dos trabalhadores e) abusa da confiança dos lavradores levando-os a assinarem documentos cujo conteúdo verdadeiro desconhecem g) para escapar a resistência dos lavradores a CHESF tenta invadir as terras durante a noite [...] k) CHESF alicia autoridades: casa e carro utilizados pela Polícia da Petrolândia são de propriedade da CHESF; Juíz de Petrolândia intercede pela CHESF junto aos trabalhadores aconselhando-os a receber indenizações fora dos autos do processo (CENTRO DOS TRABALHADORES RURAIS DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO/PETROLÂNDIA - PE, 1979, p. 4-5).

Esse padrão de repressão era parte de uma estratégia mais ampla para garantir o avanço do projeto da barragem sem obstáculos significativos, mesmo que isso significasse praticar a violação dos direitos humanos e sociais daqueles diretamente impactados, assim como fez nos casos de Sobradinho e Moxotó (ARAÚJO, 1990, p. 38).

Heloisa Starling aborda que a memória do Brasil acerca do período ditatorial vivenciado entre 1964 a 1985 é composta por três silêncios: o primeiro sendo aquele do apoio da sociedade e das empresas na implementação, sustentação e financiamento ao regime; o segundo, a violência do Estado contra grupos sociais que já viviam em vulnerabilidade, como os camponeses e os indígenas; e por fim, o silêncio que, para a historiadora, prejudica a



compreensão da sociedade sobre os mecanismos de repressão do Estado e sua força de inteligência mobilizada durante o regime de exceção (STARLING, 2015, p. 38). A saga dramática sofrida pelos moradores das cidades submersas pelas águas do rio São Francisco com a finalidade da construção de lagos artificiais e as hidrelétricas se enquadra no segundo silêncio comentado por Starling, sendo uma história pouco problematizada de uma violência no sertão contra trabalhadores rurais, quilombolas e indígenas, englobadora dos aspectos ambientais, sentimentais e sociais, vendida sob os argumentos de que hidrelétricas são uma fonte de energia limpa com danos ambientais mínimos, sem mencionar na promoção de turismo às cidades alagadas³.

Quando se trata da construção de Itaparica e de tudo que envolve a barragem, o foco acadêmico volta-se à luta dos trabalhadores rurais que tornaram-se exemplo de resistência pela terra. No livro *Construindo o sindicalismo rural*, a historiadora Socorro de Abreu e Lima dedica algumas páginas para narrar a construção do movimento sindical e as formas de reivindicação dos trabalhadores que seriam afetados pelas águas, incluindo a participação da freira Josefa Alves Lopes, conhecida como Josefina, e a importância da Igreja Católica nesse processo. Maria Lia Corrêa de Araújo, nome indispensável nos estudos sobre compreensão do caso de Itaparica, em seu livro *Na Margem do Lago: um estudo sobre o sindicalismo rural*, também trata do papel dos sindicatos e do polo sindical como mediadores dos conflitos que ocorriam nas terras entre o campesinato local e o Estado.

Dessa forma, o sindicato dos trabalhadores rurais de Petrolândia e, posteriormente, o Polo Sindical do Submédio do São Francisco foram ímpares para a modificação do trato que o Estado passou a ter com essa população. A documentação utilizada neste artigo, inclusive, é originária do sindicato dos trabalhadores rurais, incluindo os do Polo Submédio do São Francisco. As documentações fazem parte do Fundo Petrolândia, disponível no acervo do Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais Dênis Bernardes (NUDOC/UFPE)⁴.

Porém não tornaremos as atividades sindicais nosso elemento central, mas sim o prelúdio que motivou a união dessa classe: a violência sofrida pela população de Petrolândia e região nos primeiros anos de contato com a Chesf, temática que a historiografia não a fez

³ Como pode ser visto na matéria do G1, com título “Atlântida Brasileira: conheça a história de Petrolândia, cidade submersa pela água no sertão de Pernambuco.” Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/caruaru-regiao/noticia/2024/01/12/atlantida-brasileira-conheca-a-historia-de-petrolandia-cidade-submersa-pela-agua-no-sertao-de-pernambuco.ghtml> acesso em: 07 de mar de 2024.

⁴ Disponível digitalmente no link: <https://drive.google.com/drive/folders/16RRm1USYBTjD6kzVa1RkbzIFUWi-hsym?usp=sharing> Acesso em: 21 set 2024.



protagonista. Também buscamos compreender a relação da empresa estatal com a população dessas localidades afetadas pela implementação do projeto da barragem em pleno surto desenvolvimentista pulsionado pelo governo ditatorial vigente. Para tal, o recorte do estudo foi definido entre os anos de 1975, marco da chegada da Companhia Hidrelétrica no local escolhido para a construção da barragem, e 1979, quando a luta de resistência dos trabalhos tornou-se mais unificada com a fundação do Polo Sindical do Submédio do São Francisco.

O artigo se divide em três tópicos, em que (I) oferecemos uma visão abrangente do contexto histórico, detalhando o plano de Desenvolvimento impulsionado pela Ditadura Empresarial-Militar e a política nacional das barragens. Em segundo nos concentramos (II) na trajetória da Chesf e na sua atuação no Vale do São Francisco, perpassando pelos casos das usinas de Sobradinho e Moxotó como prenúncio de Petrolândia, também comentando sobre a Hidrelétrica de Itaparica, explorando sua localização estratégica, importância e o processo de construção. Por último, (III) tratamos dos impactos sociais vividos pelos afetados do lago artificial, dando enfoque nas violações de direitos humanos e nas diversas violências vividas pelos moradores.

2 OS EMPRESÁRIOS, OS MILITARES E A DITADURA

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, inicia-se um esforço mundial em prol da superação do subdesenvolvimento econômico. Países considerados em “subdesenvolvimento” buscavam subterfúgios para desvincularem-se de tal título, e passam a explorar recursos naturais como método para o seu desenvolvimento na expectativa de se modernizarem economicamente. Nesse cenário, o Brasil vê o uso dos rios através da geração de energia elétrica como uma oportunidade de se juntar à corrida, como pontua Nathalia Oliveira, em um tipo de exploração que relaciona “geopolítica, tecnologia e transformações ambientais de larga escala em nome do progresso” (OLIVEIRA, 2018, p. 317).

As usinas hidrelétricas no Brasil não eram uma novidade durante o regime ditatorial, e a viabilidade de suas construções não é obra do acaso. A primeira barragem para a geração de energia elétrica registrada no país foi a do Ribeirão do Inferno, no rio Jequitinhonha em Minas Gerais no ano de 1883, com a função de fornecer recursos para a extração de diamante. Quase quarenta anos depois, em 1920, o número de hidrelétricas no país sobe para 343 e dez anos depois, na década de 1930, o número mais que triplicou ao contabilizar uma marca superior a



1200. Embora apresente números consideráveis na Primeira República, o setor passa a sofrer influência do Estado brasileiro apenas no período de Getúlio Vargas, quando o governo federal passa a criar ações administrativas voltadas para o fomento do desenvolvimento deste setor industrial (OLIVEIRA, 2018, p. 323).

Em 1934, é criado o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e publicado no Diário Oficial da União o Código das Águas, que permitiu ao Estado brasileiro, através do Ministério da Agricultura, o poder de melhor uso da “Indústria das Águas” no país, deixando claro que a “energia hydraulica” precisa de uma legislação que prestigie os seus recursos⁵. No mesmo ano, o Estado brasileiro, com a finalidade de ter o controle sobre a determinação das tarifas de energia elétrica, aboliu a cláusula-ouro, eliminando a opção de reajuste das tarifas com base nas desvalorizações da moeda. Cinco anos mais tarde foi criado o Conselho Nacional de Águas (CNAE), posteriormente renomeado Conselho Nacional de Água e Energia Elétrica (CNAEE) cuja função é abraçar toda a gerência da administração que tem relação direta com a hidroeletricidade (OLIVEIRA, 2018). Assim, o setor hidrelétrico, que até o início da década de 1930 estava em posse de duas empresas estrangeiras, a canadense “Light” (Brazilian Traction, Light and Power) e a estadunidense Amforp (American Foreign Power), passa a ser gerido por instituições subordinadas à União (OLIVEIRA, 2018, p.322).

Desde os anos 1940, a corrente econômica que vigorava ao se tratar do projeto industrial brasileiro foi o desenvolvimentismo (OLIVEIRA, 2018, p. 317-318). Com a modernização patente insuflada pelo plano econômico do governo do presidente Eurico Gaspar Dutra, o SALTE, que visava o desenvolvimento da saúde, alimentação, transporte e energia, o setor elétrico se viu diante de uma crise ao produzir menos eletricidade que o uso de energia consumida pela urbanização e industrialização crescente no período (OLIVEIRA, 2018, p. 324).

Nesse contexto, em 1948, é organizada a Companhia Hidrelétrica do São Francisco, que tinha como intuito explorar as águas para a produção de energia elétrica, irrigação e navegação no Vale do rio São Francisco, inspirado nas experiência de um programa do governo estadunidense que visava a utilização de recursos naturais associado ao planejamento, do qual os rios seriam protagonistas para o desenvolvimento, o Tennessee Valley Authority (TVA) (LACERDA, 1991, p. 43; CAMPOS, 2014, p. 52; OLIVEIRA, 2018, p.328). Porém, esse avanço do Estado brasileiro no setor elétrico foi a passos curtos, em verdade, até fins da década

⁵ Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934. Código das águas.



de 1940: 98% da energia elétrica ainda era fornecida pelo capital privado (CAMPOS, 2014, p. 51).

Mas somente nos anos do regime militar brasileiro que o modelo econômico do nacional-desenvolvimentismo é institucionalizado ao se unir com a política de “Integração Nacional” (CATTÁ, 2012, p. 201), então associado à Doutrina de Segurança Nacional e ao “milagre econômico” dos fins dos anos 1960 e início dos 1970. Com o golpe deflagrado e o poder do Estado nas mãos dos militares e de seus apoiadores, as atenções no Brasil voltaram-se para a consolidação e permanência do regime; nesse intuito, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), o chamado complexo IPES/IBAD, junto à Escola Superior de Guerra (ESG), implementaram a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento.

A teoria basilar da DSNeD parte da ideia de que, com um desenvolvimento constante da nação, o Estado conseguirá um alto nível de legitimidade. Para tanto, o slogan “segurança com desenvolvimento”, de uso frequente no regime, reforça a ideia de que o progresso aos moldes capitalistas está associado à capacidade de se defender contra o inimigo interno (ALVES, 2005, p. 26-27). No entanto, o Brasil daquela época não possuía um sistema autônomo de economia; pelo contrário, com industrialização ainda bem recente, o país se via com uma economia demasiadamente dependente, principalmente da potência das Américas, os Estados Unidos.

Em sua célebre obra, *1964: A conquista do Estado*, o historiador e cientista político uruguaio René Dreifuss argumenta que o golpe de Estado de 1964, do qual culminou nos vinte e um anos de ditadura no Brasil, foi o resultado de uma parceria política notoriamente classicista entre civis e militares. Partindo dessa ideia, Dreifuss assume que a nomenclatura da ditadura brasileira deve englobar as duas classes e cunha o termo “Ditadura Civil-Militar”. Por civis, o historiador entende que se trata do empresariado nacional, mas não deixa de fora os empresários e o capital estrangeiro, com ênfase na atuação do já mencionado complexo IPES/IBAD, e a ESG, sendo essa última a protagonista na preparação e execução do golpe, cuja arquitetura era pensada desde 1961 (ZECA, 2021, p. 156-157).

Com o passar do tempo, alguns historiadores jogaram luz sobre a necessidade de debater sobre o uso acadêmico do termo “civis” como sendo a participação da sociedade civil nas engrenagens do Golpe; porém, cabe lembrar que tal uso foge da problematização proposta por Dreifuss, que deixa evidente que os civis mencionados são empresários (HOEVELER, 2014).



Assim, alguns historiadores como Pedro Henrique Campos, nome essencial nos debates sobre as empreiteiras e a ditadura, preferem a expressão Ditadura Empresarial-Militar. Como não é a intenção deste trabalho acentuar o debate sobre a nomenclatura que o regime ditatorial deve receber, nem sobre quais agentes sociais fizeram-se presentes no Golpe, o uso do termo Ditadura Empresarial-Militar contempla nossos propósitos.

A presença dos empresários no Estado ditatorial se estende ao longo dos anos do regime. Nesse período, ocorreu o aumento significativo da construção pesada, as chamadas “obras faraônicas”, e as companhias do setor de construção tornaram-se grupos monopolistas administradores de conglomerados econômicos com atuação no exterior (CAMPOS, 2014, p. 113). O governo de Castelo Branco não foi muito promissor para o empresariado da construção civil; já no de Costa e Silva, a construção ganhou incentivo econômico e subiu o número de empresas brasileiras deste ramo. Durante o governo de Médici, o crescimento é contínuo e inflado pelo “milagre econômico” (CAMPOS, 2014, p. 114); esse momento compreendeu os anos de 1968 e 1973, e foi caracterizado pelo crescimento econômico do país graças a financiamentos internacionais através de empréstimos, controle de salários e repressão à lutas trabalhistas (CAMPOS, 2019, p. 261), com um grande investimento financeiro não somente em hidrelétricas, mas também em rodovias, como a Transamazônica (BR-230) que em 1972 prometia ligar verticalmente o país desde o litoral da Paraíba ao Amazonas.

Ainda no governo Médici, a Ditadura Empresarial-Militar, além de favorecer a inserção do capital estrangeiro como empresas japonesas, estadunidenses e alemães através de políticas públicas, como a lei Dias Leite, promulgada em 1973, que tinha por finalidade permitir às empresas estrangeiras possuírem ações no setor elétrico da região amazônica (CAMPOS, 2019, p. 270), também deu suporte para o conglomerado das empresas nacionais (CAMPOS, 2019, p. 259-260). No entanto, o governo não conseguiu sustentar o estilo de desenvolvimento por muito tempo, e o “milagre econômico” dava mostras que chegava ao seu fim: a primeira crise do petróleo no início dos anos 1970 trouxe o aumento da inflação e a diminuição do crescimento econômico brasileiro.

Em uma tentativa de conter desastres, o governo adotou uma série de medidas, uma delas sendo a criação do II Plano de Desenvolvimento Nacional, da qual a meta de implementação seria os anos de 1975 a 1979, focada em investir na produção nacional de materiais primários para a industrialização como o aço e o cimento buscando a autossuficiência, dado que o contexto internacional também era de estagnação econômica (OLIVEIRA, 2018, p.



335). Em síntese, o plano propunha que não mais se importasse esse tipo de produto, procurando o investimento estatal em sua produção.

No fim da década de 1970, a segunda crise do petróleo fez com que se tornasse insustentável a continuidade do modelo de desenvolvimento que o Brasil estava seguindo; os créditos internacionais pararam de cair nos cofres brasileiros (CAMPOS, 2019, p. 261) e diversas obras foram suspensas, sendo uma delas a Transamazônica. No entanto, o setor de energia elétrica passa a ser fundamental para a possibilidade de cumprimento das atividades industriais de bens primários de construção, como é a usina do Tucuruí, no Pará, que visava abastecer a produção de alumínio no norte do país (CAMPOS, 2019, p. 263).

A respeito das hidrelétricas, o governo militar executou reformas institucionais para melhor atuação desse segmento, como a criação do Departamento Nacional de Água e Energia Elétrica (DNAEE), produzido para suceder a Divisão das Águas, e fortificou a atuação da estatal ELETROBRÁS, criada em 1961, essencial para o aumento da construção das usinas e consequentemente, do aumento da eletrificação residencial (OLIVEIRA, 2018, p.334), mas não só. Como comenta Lacerda, a maior parte da energia produzida pelas hidrelétricas era para a indústria:

A CHESF conta com um razoável número de consumidores de grande porte, chamados consumidores especiais em 230 KV, e cuja participação no consumo de energia elétrica passou de 13,5% em 1976 para 22,8% em 1981. Entre os consumidores especiais destacam-se as empresas: ALCAN, UIBA, FERBASA, COPENE, AÇONORTE, SALGEMA, DOW QUÍMICA, CARAÍBA METAIS “MINERAÇÃO”, CQR, NITROFÉRTIL, CARAÍBA METAIS “METALÚRGICA”, ALUMAR, SIBRA, ULTRAFÉRTIL, ALUNORTE, PETROFÉRTIL, POLO PETROQUÍMICO DE CAMAÇARI, PETROQUÍMICA UNIÃO (em cujo capital social tem a participação do Banco Mundial com 10% [...]) A indústria consumiu em 1987, 52,7% da energia produzida pela CHESF [...] (LACERDA, 1991, p. 60-61).

Os anos 1980 no Brasil trazem uma estagnação nas atividades de construção, porém não o fim completo de investimentos estatais no ramo. Embora não tenha alcançado o mesmo ritmo de construção de hidrelétricas que a década anterior, e por isso considerada estacionária pelo setor elétrico, ainda se tem grandes projetos de hidrelétricas em andamento, como a do Tucuruí (OLIVEIRA, 2018, p. 336)⁶.

⁶ Para a compreensão completa do tema, ler CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. Ditadura, interesses empresariais e desenvolvimentismo: a obra da usina hidrelétrica do Tucuruí. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 11, n. 26, p. 225-286, jan./abr. 2019.



3 A ESTATAL, O VALE, AS BARRAGENS

A Chesf, como apresentado anteriormente, surge quando as grandes potências decidiram investir na construção de hidrelétricas e o Brasil passava por um surto desenvolvimentista com clara influência e dependência financeira do exterior. Nesse cenário, embora a companhia tivesse a função de explorar as condições de uso das águas do rio São Francisco para a produção de energia elétrica e fosse definida como uma estatal voltada para o enfrentamento de problemas regionais, ela também estava integrada em um contexto de intervenção do Estado no setor elétrico, já que era integrante do grupo Eletrobrás e junto com a Furnas, Chevap e Termochar, estava inserida no CNAEE (CAMPOS, 2014, p. 52).

Esse conglomerado acumulava recursos vindos do fundo de eletrificação e favorecia as grandes construtoras no período da Ditadura Empresarial-Militar (CAMPOS, 2014, p. 52-53). Para tanto, com a crise que se abateu na década de 1980 no governo, todo o contexto de mobilização social e ambiental que começava a explodir nos debates públicos e a abertura política do regime, os casos de escândalos de práticas ilícitas envolvendo as empreiteiras nacionais que haviam participado do surto construtor começaram a surgir na mídia. Foram expostas, por exemplo, as licitações corruptas da Mendes Júnior, empreiteira responsável pela construção de Itaparica (CAMPOS, 2014, p. 237).

Até 1987, a Chesf possuía oito usinas hidrelétricas espalhadas ao longo do rio São Francisco, sendo elas: Paulo Afonso I, II, III e IV, Moxotó (atual Apolônio Sales), Sobradinho, Itaparica (atual Luiz Gonzaga) e Xingó, abrangendo os estados de Alagoas, Bahia, Pernambuco e Sergipe, além de uma no rio Parnaíba, chamada atualmente de Boa Esperança, no Piauí, e que afetou a vida mais de 250 mil pessoas (MARQUES; WAGNER; MENEZES, 2018, p. 61).

O primeiro megaprojeto construído pela estatal foi a UHE de Paulo Afonso, na Bahia, em 1948, na época considerada a maior usina de energia elétrica do país. Sua implantação veio com a justificativa de que a Amforp, companhia de energia elétrica dos Estados Unidos que atuava na região até então, não fornecia eletricidade suficiente para o interior da região nordeste. Como pontua Pedro Campos, Paulo Afonso marcou uma mudança significativa nos modelos de construção de usinas hidrelétricas no Brasil, com a contratação realizada por uma empresa pública e a responsabilidade da obra nas mãos do Estado, conduzida pelo Serviço Geológico e Mineralógico (SGM) e pela própria Chesf, e sendo atrelada a uma empresa privada como nos casos das construções subsequentes (CAMPOS, 2014, p. 52).



Sobradinho foi um dos casos mais emblemáticos. O comitê de Estudos Energéticos do Nordeste junto a ELETRONORTE e a ELETROBRÁS, propuseram que a área em que eram localizados os municípios de Remanso, Casa Nova, Sento Sé e Pilão Arcado, possuía um índice nominal alto para a construção de um lago artificial (MARQUES; WAGNER; MENEZES, 2018, p.72). Assim, com 370 quilômetros de extensão, 40 quilômetros de largura e 392,5 metros de cota máxima, definido durante muito tempo como sendo o maior lago artificial do mundo, Sobradinho inundou uma área de 4.214 quilômetros quadrados com volume acumulado de 34,1 bilhões de metros cúbicos e foi responsável pelo deslocamento forçado de 72 mil pessoas (LACERDA, 1991, p.65).

A barragem atingiu áreas urbanas, agrícolas e de pecuária da região, afetando sete municípios, tendo transferido as sedes municipais dos quatro primeiros, enquanto os demais perderam suas zonas rurais. Sobradinho foi o maior caso até então de deslocamento forçado por questões barrageiras, com cerca de 12 mil famílias atingidas diretamente; dessas, 8.619 eram moradoras da zona rural (MARQUES; WAGNER; MENEZES, 2018, p. 72). O processo de realocação dessas famílias foi penoso: além de sofrerem com a ruptura de suas terras e do núcleo social, os beiradeiros, como ficaram sendo chamados os moradores que viviam na beira do rio, foram mandados para um lugar hostil, do qual não conheciam a fauna, flora e relevo, além de não possuir terra fértil para o plantio; lá, viraram reféns da irrigação e do caminhão pipa (MARQUES; WAGNER; MENEZES, 2018, p. 161).

Lacerda comenta que a baixa resistência em Sobradinho é uma consequência da desarticulação sindical que a região vivia, o que resultou na baixa efetividade da luta pelos direitos dos ribeirinhos (LACERDA, 1991, p. 66). A isso, havia certa incompreensão entre os afetados sobre o que eles estavam passando e porque deveriam deixar as suas terras (MARQUES; WAGNER; MENEZES, 2018, p. 160). Um auxílio externo para a reivindicação de direitos chegou tardiamente com a Igreja Católica quando o projeto de Sobradinho já estava no processo final de realocação dos beiradeiros (LACERDA, 1991, p. 66).

Ao ser anunciada a construção da barragem de Itaparica, os moradores já sabiam do que havia acontecido em Sobradinho e parte da população sofreu a experiência de Moxotó (LACERDA, 1991, p. 89), cuja construção tinha por justificativa o controle fluvial em Paulo Afonso. O senhor Otacílio Inácio da Silva, trabalhador do campo, teve a sua vida cortada duas vezes pelos empreendimentos barrageiros do vale do São Francisco: perdeu boa parte de suas terras férteis para as águas da barragem de Moxotó, e com a chegada de Itaparica teve o que



sobrou invadido pela Chesf e viu a estatal destruir sua casa e benfeitorias sem nenhuma indenização. Durante a manifestação organizada pelo Polo Sindical do Submédio do São Francisco, no dia 4 de agosto de 1979, ocorrida em Petrolândia, mobilizada para reivindicar da Companhia respostas sobre a realocação da população e o pagamento das indenizações, seu Otacílio é convidado a palestrar e em sua fala diz que “Em 1972 comecei a ser crucificado pela CHESF. [...] São 72 anos de vida e trabalho destruídos pela CHESF” (JORNAL TERRA POR TERRA NA MARGEM DO LAGO, 1979, sem paginação).

Com um reservatório de 150 quilômetros, comprimento de 834 quilômetros quadrados e o deslocamento de mais de dez mil famílias, a UHE de Itaparica, hoje nomeada Luiz Gonzaga, e o seu lago artificial foram significativos por terem causado um grande deslocamento rural, fazendo desaparecer terras importantes para a agropecuária e plantação, além de um massivo deslocamento urbano graças ao alagamento de quatro cidades: Petrolândia e Itacuruba, em Pernambuco; Rodelas e Glória, na Bahia (MARQUES; WAGNER; MENEZES, 2018, p. 72-73). Diferente dos outros casos pelo Vale do São Francisco, Itaparica foi o estopim para um levante dos trabalhadores rurais diante da violência cometida pela Chesf, enquanto a criação do Polo Sindical do Submédio do São Francisco, em 1979, é a concretização de um movimento organizado.

No primeiro boletim *Terra por terra na margem do lago*, a história de seu Otacílio estampa a primeira página; nela, ao lado de sua foto chorando está a data em que teve suas terras invadidas e o questionamento: “Nova Sobradinho?”. Criado em agosto de 1979, o periódico bimestral tinha como finalidade deixar os afetados pela construção de Itaparica a par dos acontecimentos oficiais entre o Polo do São Francisco e os trabalhadores. O jornal deixa claro em sua apresentação que é necessário a união entre as vítimas da ação da Chesf para que se fortaleça a organização, e que juntos possam lutar contra a opressão da empresa (TERRA POR TERRA NA MARGEM DO LAGO, 1979, sem paginação).

A referência a Sobradinho, diante da violência vivida pelo trabalhador rural e a ênfase na importância da criação de uma coalização entre esses trabalhadores, mostra que os afetados de Itaparica tomaram os eventos ocorridos ao longo do vale como motivação para buscar meios de que não se repetissem os mesmos abusos da Chesf, algo percebido no esboço histórico de luta produzido por esses trabalhadores:

Se a forma de enfrentamento e encaminhamento das reivindicações na construção da represa de Moxotó, PA IV, foi de cima para baixo, já em Itaparica, as reivindicações saíram dos trabalhadores, via sindicatos, de baixo para cima.



Assim, em Moxotó, Sobradinho e PA IV formaram-se comissões de defesa dos desapropriados com a participação de pessoas e instituições, tais como Prefeitos, Políticos locais, Bispos e Padres das cidades, e CHESF; Eram formadas comissões onde os trabalhadores não eram consultados nem ouvidos. Portanto sem poder de pressão. Isto resultou no fracasso destas comissões com respeito aos direitos dos trabalhadores. (Observe-se que em Sobradinho houve um esforço para alterar essa situação com a chegada de D. José Rodrigues, mas já encontrou ele todo um modo de proceder mentalizado nessa linha, o que dificultou a alteração da estrutura da luta dos trabalhadores e demais atingidos.)

Já em Itaparica, aproveitou-se a experiência sofrida nas outras barragens do rio São Francisco. Buscou-se uma nova forma de enfrentamento, a partir da organização dos trabalhadores. Despertou-se sua consciência sobre si e seus problemas e dando-lhe voz para opinar sobre seu futuro. Ocorre, então, mudança de posição da CHESF que passa a reconhecer a legítima representação dos trabalhadores, o Sindicato. Muda a forma de tratamento.

A transformação foi feita a partir da luta dos trabalhadores não se pode esquecer que a própria igreja, coerente com o Vaticano II Medellín e Puebla, também nesse período faz sua opção preferencial pelos pobres e vem apoiar a luta dos trabalhadores. Apoiar, mas não toma o lugar dos trabalhadores nesta luta (ESBOÇO HISTÓRICO DAS LUTAS DOS TRABALHADORES ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE ITAPARICA, 1981, sem paginação).

Contudo, a empresa não utilizou o que aconteceu nos outros locais para auxiliar nas ações diante das diversas problemáticas que envolvem o processo de uma barragem (MARQUES; WAGNER; MENEZES, 2018, p. 82); antes da união dos trabalhadores e afetados, a Chesf ignorou os desastres sociais, ambientais e tentou implementar o mesmo regime autoritário e violento utilizado com os beiradeiros de Sobradinho.

4 A VIOLÊNCIA

Em 1976, o Sindicato dos trabalhadores rurais de Petrolândia começou a receber denúncias que envolviam o nome de uma estatal conhecida da região: a Chesf. Se iniciavam as preparações para a construção da UHE de Itaparica. Antes das águas, chegaram os engravatados.

Nilo Odália, em um ensaio que reflete sobre a definição de violência, diz que toda violência é social (ODALIA, 1985, p. 38), de uma sociedade mais preocupada com a modernidade do que com o fim da miséria (ODALIA, 1985, p. 41). Ao comentar sobre a violência do Estado contra os trabalhadores rurais, Gustavo Preussler complementa que “Toda violência proveniente do Estado contra o sujeito é uma violência política” (PREUSSLER, 2016, p. 189). Ainda de acordo com Odália, essa violência cotidiana, social, política e desigual molda



nosso estilo de vida e nem sempre é identificável; diversas vezes ela nos cega e se transfigura em ato natural.

Tal banalização da violência ou da injustiça social é a tese de Christophe Dejours; de acordo com o francês, a "banalização da injustiça" refere-se ao fato de que as pessoas tendem a aceitar ou ignorar as injustiças sociais como algo normal ou inevitável, sem mobilização para mudar a situação. Isso se torna ainda mais problemático dentro do sistema econômico liberal, que muitas vezes prioriza o lucro em detrimento do bem-estar social, criando um ciclo de injustiça difícil de ser rompido (DEJOURS, 1999, p. 76). Assim, Dejours sugere que essa apatia não é apenas uma questão de ser indiferente ao mal, mas também de reconhecer que essa indiferença faz parte de um processo maior que sustenta as estruturas sociais e econômicas que perpetuam a adversidade.

Com base na documentação produzida pelos trabalhadores de Petrolândia, a Chesf fez uso de violência explícita, através da força física, e implícita, pela coação, suborno e enganação, com o intuito de intimidar e controlar a população. Essa violência era perpetrada tanto por agentes privados contratados pela Chesf quanto por forças policiais do Estado, que muitas vezes agiam em conluio com a empresa para reprimir os protestos e manifestações dos trabalhadores rurais.

A partir do início da construção do acampamento dos trabalhadores da empreiteira, com a chegada das máquinas aos distritos de Petrolândia, começaram os relatos das ameaças e até o uso do Exército contra os moradores locais. Em um relatório produzido pelo sindicato dos trabalhadores rurais da cidade, que compreende os meses de outubro e dezembro de 1976, é possível identificar o aumento de denúncias e a movimentação dos afetados para nada fosse destruído sem o devido pagamento.

Em Riacho Salgado foi determinado que as máquinas só entrariam com o pagamento da indenização (SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE PETROLÂNDIA - RELATÓRIO 2, 1976, p. 2). Já em Quixaba, as pessoas fizeram vigília para evitar o avanço das máquinas, que estavam paradas esperando as ordens durante o embate entre a Chesf e os moradores (SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE PETROLÂNDIA - RELATÓRIO 2, 1976, p. 2-3). Uma moradora de nome Dalva chegou a relatar que foi indicada pelo sindicato a não deixar que as máquinas colocassem material em sua posse, dizendo que se o material não fosse retirado ela o queimaria, e o material foi retirado imediatamente (SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE PETROLÂNDIA - RELATÓRIO 2,



1976, p. 3). No entanto, encontramos casos como do senhor José de Eremita, que recebeu 34 mil cruzados por tudo que possuía sob ameaça de que se não aceitasse “o Exército derrubaria sua casa com a família dentro...” (SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE PETROLÂNDIA - RELATÓRIO 2, 1976, p. 2).

Essa não é a única vez que a Chesf invoca o Exército. No Relatório do Encontro dos Agricultores de Petrolândia de outubro de 1978, foi dito que a estatal utilizava de forças de opressão para conter os trabalhadores rurais. Nesta situação, em Quixaba e Umburana, distritos de Petrolândia, estava sendo aberta uma passagem de linha de transmissão de Paulo Afonso a Sobradinho com largura de 70 metros passando por diversas lavouras dos distritos citados sem haver levantamento anterior para indenização das benfeitorias. A Chesf queria pagar somente por 4 metros de região afetada, o que causou uma reação dos lavradores, que juntos não permitiram que a terra fosse descampada. No dia seguinte, a Chesf apareceu com o Exército, fechando um acordo com os trabalhadores para que a passagem fosse aberta e o pagamento realizado em até 48 horas. Passaram-se quinze dias, o acordo não foi cumprido e, ao procurarem o Sindicato, havia sido prometido que um levantamento sobre as benfeitorias seria feito, o que também não ocorreu. Nesse encontro de outubro, ficou acertado com o Presidente do Sindicato que seria elaborada uma carta responsabilizando a Chesf (RELATÓRIO DO ENCONTRO DOS AGRICULTORES DE PETROLÂNDIA, 1978, p. 1).

Ainda no ano de 1978, em um relatório produzido pelos trabalhadores rurais sobre os acontecimentos no bimestre de junho e julho, foi narrado que os moradores das zonas de Quixaba, Lagoa dos Cágados, Lagoa do Boi e Bonita, mais uma vez, barraram os serviços das máquinas da Chesf ao perceberem que elas estavam estragando suas posses. Mais tarde, os moradores receberam a visita do setor jurídico da Chesf, representado pelo “senhor Pacífico”, o qual informou aos trabalhadores que eles não podiam parar as máquinas, pois aquela era uma terra de desocupação. No entanto os moradores lembraram que as terras ainda possuíam roças cercadas não vistoriadas nem ressarcidas, e que continuariam firmes para o impedimento dos trabalhos das máquinas pois viram o que aconteceu nas propriedades dos moradores Raimundo Luís e de Cícero Doralice do Nascimento, onde os arames das cercas foram cortados sem consentimento dos donos e sem indenização (RELATÓRIO SOBRE OS ACONTECIDOS NO BIMESTRE JUNHO-JULHO, 1978, p. 1).

Dias mais tarde, três trabalhadores de Quixaba foram intimados para estarem na delegacia de Petrolândia no dia 21 de junho, às 9 horas. No dia marcado, a comunidade fretou



um caminhão para acompanhar os intimados, e quando chegaram em Petrolândia eles recorreram à sede do sindicato para informar o ocorrido à diretoria; contudo, aguardaram até o horário da intimação e ninguém do sindicato chegou. Assim, a comitiva seguiu para a delegacia na presença do representante da Chesf, Pacífico. Na delegacia, o trabalhador “[...]Raimundo Luis fala para o delegado que problemas de terra não são da competência da delegacia de polícia, que esses problemas devem ser resolvidos com o juiz” (RELATÓRIO SOBRE OS ACONTECIMENTOS NO BIMESTRE DE JUNHO-JULHO, 1978, p. 1). O problema da terra se deu porque Antônio Dias de Farias e José Dias de Farias tiveram como procurador Valdemar Dias de Farias, que englobou terrenos indenizados em terrenos pertencentes a outros donos e a Chesf se aproveitou da confusão para usufruir de toda a região.

Esses terrenos não vendidos tinham um grande peso na força de defesa dos moradores da área, visto que se tratava de uma área fora do perímetro de construção da Chesf, que as famílias viam como um espaço para uma vida nova após o pagamento das indenizações. O delegado concluiu essa audiência sem chegar a conclusão alguma (RELATÓRIO SOBRE OS ACONTECIMENTOS NO BIMESTRE DE JUNHO-JULHO, 1978, p.1). Em 27 de junho, pouco mais de seis dias após a intimação, Valdemar Dias de Farias e um representante do setor jurídico da Chesf estavam com pessoas do Exército à procura dos trabalhadores que pararam as máquinas, “dizendo que queriam levá-los presos ou aos pedaços...” (RELATÓRIO SOBRE OS ACONTECIMENTOS NO BIMESTRE DE JUNHO-JULHO, 1978, p. 1).

Posteriormente, os militares aparecem mais uma vez quando Raimundo Luis foi intimado novamente pelo Exército para comparecer ao quartel de Paulo Afonso no dia 12 de julho às 10 horas, em intimação era feita pelo Major Delmer Jacomo dos Santos, do batalhão de infantaria. No dia marcado, Raimundo foi acompanhado com mais três companheiros ao quartel; como o major Delmer não estava, foram atendidos por outro major, que perguntou se Raimundo sabia das obras que seriam proibidas no outro dia, ao que Raimundo respondeu desconhecer a obra, e relatando os acontecimentos da área.

Na audiência, estavam presentes dois advogados da Chesf, portanto Raimundo diz que fora conversar com o major e não com advogados, que se soubesse haver advogados teria chamado os da FETAPE para acompanhá-lo. Os advogados da Chesf disseram querer fazer um acordo e Raimundo falou “Comigo? Um matuto? Não. Acordo se faz de advogado para advogado”. Os advogados pediram que fosse permitida a continuação das obras e que tudo seria pago, então Raimundo começa a relatar que teve as terras invadidas sem permissão e que não



foi ressarcido. O major perguntou o motivo do povo paralisar as máquinas e Raimundo explicou a situação frisando que a Chesf só se preocupa com a desapropriação, mas não com a realocação das pessoas; Raimundo ainda explicou a relação dos moradores da região com a terra e de como é importante que o trabalhador rural tenha com o que trabalhar. Perguntado sobre qual sua função dentro do sindicato, Raimundo respondeu que é sócio, escolhido dentre esses para ser delegado, mas que ainda não teve votação para definir totalmente; perguntaram se ele sabia qual a responsabilidade de um delegado de base, e Raimundo explicou que não sabia muito, mas que estava estudando e mostrou uma apostila com título “Delegacia Sindical”. Quiseram ficar com o exemplar e ele negou, afirmando não poder se desfazer, mas que poderia arrumar um outro exemplar para eles. Então, pergunta ao Major como ficarão as coisas em seu povoado e este responde que não sabia dos detalhes destacados por Raimundo, e que as coisas serão resolvidas com os advogados dos trabalhadores rurais. Até a data de escrita do documento (1 de agosto de 78), tudo estava calmo e as máquinas não tornaram a invadir (RELATÓRIO SOBRE OS ACONTECIMENTOS NO BIMESTRE DE JUNHO-JULHO, 1978, p. 1; p. 2).

Quase um ano depois do ocorrido, a Chesf, ao comentar sobre as denúncias dos trabalhadores à falta de pagamento das indenizações, menciona a insistência de Raimundo Luis ao exigir melhores indenizações. Em uma matéria para o Jornal do Commercio no dia 20 de julho de 1979, a estatal diz que

Considerada encerrado o caso de Petrolândia [...] já foram realizadas mais de 615 indenizações [...] no entanto, os quatro moradores do caso em questão [trabalhadores rurais que tiveram casas destruídas sem o recebimento da indenização completa, entre eles Raimundo Luis e Otacílio Inácio da Silva, mencionados anteriormente], tendo já recebido parte da indenização, recusaram-se receber a outra (Chesf considera encerrado caso de Petrolândia. JORNAL DO COMMERCIO, 20 jul 1979, caderno 1, p. 25).

Os relatos de intimidação por parte dos advogados da Chesf são constantes. No relatório de outubro a dezembro de 1976, o caso da viúva Maria de Riacho Salgado chama a atenção. Existia uma preocupação por parte de alguns sindicatos; o motivo seria que alguns posseiros estavam assinando documentos sob ameaça e não sabiam as consequências disso; um desses foi a senhora Maria, que em seu depoimento diz: “iludiram-me tanto que fiquei com medo e botei o dedo no papel... depois passei a noite sem dormir chorando” (SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE PETROLÂNDIA - RELATÓRIO 2, 1976, p. 2). Como pontua Maria Madalena Lacerda, toda a atmosfera de medo, falta de informação e incerteza



criada pela Chesf estava inserida na técnica opressora produzida pelo Estado ditatorial (LACERDA, 1991, p. 96).

Outra estratégia utilizada pela Chesf era a cooptação de lideranças locais e o uso de práticas clientelistas para dividir e enfraquecer os movimentos de resistência que começavam a ganhar corpo. Oferecendo vantagens pessoais ou promessas de benefícios futuros, a empresa buscava minar a coesão e a solidariedade das comunidades afetadas, criando divisões internas e enfraquecendo a capacidade de mobilização dos trabalhadores rurais. É presente nos relatórios produzidos pelo sindicato tentativa de suborno por parte da Chesf, a oferta teria sido feita pelo Dr. Marlio, chefe do setor jurídico da empresa em Paulo Afonso, ao senhor José Gomes da Cruz, dizendo que lhe compraria dois carros se em troca ele assumisse o compromisso de liderar os moradores locais a permitir a entrada das máquinas em suas posses (SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE PETROLÂNDIA - RELATÓRIO 2, 1976, p. 3).

Somado a isso, a Chesf utiliza-se do discurso da decadência de terras produtivas locais, o mal necessário, “o ônus do progresso” (MARQUES; WAGNER; MENEZES, 2018, p. 160) em que a estatal garante que a região tem baixa produtividade e pouco comércio. Essa estratégia visava deslegitimar as críticas e denúncias dos movimentos sociais, além de obscurecer a verdadeira dimensão dos danos causados pela barragem à vida das comunidades locais a fim de justificar as desapropriações (MARQUES; WAGNER; MENEZES, 2018, p. 72, 178).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da violência perpetrada pela Chesf contra os moradores de Petrolândia durante a construção da barragem de Itaparica revela um capítulo da história brasileira em que a busca por “progresso” e desenvolvimento econômico se traduziu em graves violações de direitos humanos. A ditadura empresarial militar, ao priorizar a construção de hidrelétricas como estratégia de modernização, desconsiderou a voz e as necessidades da população afetada, perpetuando um ciclo de injustiça social que ainda hoje ressoa.

Enquanto os discursos oficiais da Chesf dão a entender que o projeto das UHE visava o enriquecimento econômico nacional e a mudança de vida dos moradores dessas terras esquecidas pela modernização, o que se mostra em Sobradinho, Moxotó, Itaparica e tantas outras UHE construídas no país é o descaso com a população. A empresa estatal que fornece energia quase de graça ao grande capital é a responsável pela expulsão de centenas de



trabalhadores rurais do Vale do São Francisco (LACERDA, 1991, p. 62-63). Em síntese, o Estado brasileiro auxiliou a implantação das grandes empresas no Vale ao viabilizar energia e irrigação, “[...] enquanto para a população do São Francisco sobra o êxodo” (LACERDA, 1991, p. 55-56).

Os relatos dos trabalhadores rurais, documentados pelo sindicato local, evidenciam não apenas a repressão física, mas também a coação física e a despossessão de territórios. Este estudo resgata algumas das histórias de usos de violências por uma empresa financiada pelo Estado brasileiro durante a Ditadura Empresarial-Militar, violência empregada contra os moradores de Petrolândia e ao próprio espaço geográfico, impactado por grandes projetos de infraestrutura naquela época. A luta dos moradores por reconhecimento e reparação continua a ser um componente essencial na busca por justiça e equidade na região.

REFERÊNCIAS

ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o sindicalismo rural**: lutas, partidos, projetos. Recife: Editora da UFPE, 2005.

ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). EDUSC, 2005.

ARAÚJO, Maria Lia Corrêa de. **Na margem do lago**: um estudo sobre o sindicalismo rural. Fundação Joaquim Nabuco, 1990.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **“Estranhas catedrais”**: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. Editora da UFF, 2014.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. Ditadura, interesses empresariais e desenvolvimentismo: a obra da usina hidrelétrica de Tucuruí. **Revista Tempo e Argumento**, v. 11, n. 26, p. 255-286, 2019.

CATTA, Luiz Eduardo. Impactos de la Modernidad: los Excluidos del progreso. **Revista del CESLA. International Latin American Studies Review**, n. 15, p. 189-228, 2012.

DREIFUSS, René. 1964: A Conquista do Estado. Ação Política e Golpe de Classe. Petrópolis: Editora Vozes, 1981

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. FGV Editora, 1999.

HOVELER, REJANE CAROLINA. René Dreifuss e o golpe de 1964: sobre teorias e “conspiracionismos”. **XVI ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO: SABERES E PRÁTICAS CIENTÍFICAS**, Anais. 2014.



LACERDA, Maria Madalena Cavalcanti. **Itaparica**: o futuro de um povo; a expropriação do espaço de trabalho pelo estado para a capital. 1991. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-06122022-183805/>. Acesso em: 20 dez. 2023.

MARQUES, Juracy; WAGNER, Alfredo; MENEZES, Luciano. **Barrando as barragens**: o início do fim das hidrelétricas. Manaus: UEA Edições/PNCSA. 2018.

ODALIA, Nilo. O que é violência. In: **O que é violência**. 1983, p. 93-93.

OLIVEIRA, Nathalia Capellini Carvalho de. A grande aceleração e a construção de barragens hidrelétricas no Brasil. **Varia Historia**, v. 34, n. 65, p. 315-346, 2018.

PREUSSLER, Gustavo de Souza. Notas Sobre a Violência do Estado Contra os Movimentos de Trabalhadores Rurais. **Revista de Movimentos Sociais e Conflitos**, v. 2, n. 1, p. 188-204, 2016.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. Silêncios da ditadura. **Revista Maracanan**, n. 12, p. 37-46, 2015.

ZECA, Bruna Gorgen. Análise historiográfica da “Modernização Autoritária e Conservadora” e sua relação com a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 5, n. 13, p. 155-162, 2021.

Artigo recebido em: 21/09/2024

Artigo aprovado em: 02/12/2024